

Nº da proposição 00048/2024

Data de autuação 22/05/2024

Assunto principal: PROPOSIÇÕES Assunto: MENSAGENS

Autor: PODER EXECUTIVO

Ementa:

PROJETO DE LEI ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 9.220 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Comissão temática:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Documento assinado eletronicamente por: RAFAEL MACHADO MORAES em 21/05/2024, às 13:58 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de





AO DEPIO. LEGISLATIVO
PARA LETTURA 110 EXPEDIENTE
22 5124

DEPUTADO EVANDRO LEITAO
PRESIDENTE

MENSAGEM N° 9220, DE 21 DE mais DE 2024.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o incluso Projeto de Lei que autoriza a criação de crédito especial, em conformidade com o que dispõe o art. 41, inciso II e o art. 43, § 1°, inciso III da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, no montante de RS 6.380.000,00 (SEIS MILHÕES TREZENTOS E OITENTA MIL REAIS), na forma dos anexos I ao IV.

A presente minuta de crédito especial visa criar 02 (duas) ações orçamentárias para o Tribunal de Justiça — TJ e 02 (duas) ações orçamentárias para o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário — FERMOJU, com vistas à inclusão na Lei nº 18.664, de 28 de dezembro de 2023 (DOE de 29/12/2023) — Lei Orçamentária Anual de 2024, em conformidade com o que dispõe o art. 15 e o art. 42, ambos da Lei Estadual nº 18.430, de 21 de julho de 2023 (DOE de 24/07/2023) — Lei de Diretrizes Orçamentárias — 2024.

O Tribunal de Justiça – TJ, de acordo com a republicação da Resolução nº 396, de 7 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), necessita incluir ao vigente Orçamento Anual de 2024, duas ações a seguir intituladas: "Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário- TJ (1º grau) - (PROMOJUD – COMP.I)" e "Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário - TJ (2º grau) - (PROMOJUD – COMP.I)".

O Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU, de acordo com a mesma Resolução acima citada, também com o objetivo de discriminar os recursos orçamentários em formato específico, para possibilitar que a Governança Nacional em Segurança Cibernética possa avaliar, de forma clara, os investimentos no setor, necessita também incluir ao vigente Orçamento Anual de 2024, duas ações intituladas: "Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário - FERMOJU (1º grau)", e "Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário - FERMOJU (2º grau).

Os recursos para atender às despesas previstas neste projeto de Lei decorrem de anulações de dotações orçamentárias dos próprios Órgãos envolvidos, na forma do Art. 43, § 1°, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão	SigIa	Origem	Aplicação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TJ	2.530.000,00	2.530.000,00
FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZA- ÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	FERMOJU	3.850.000,00	3.850.000,00
		6.380.000,00	6.380.000,0 0

Documento assinado eletronicamente por: RAFAEL MACHADO MORAES em 21/05/2024, às 13:58 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de





Convicto de que os ilustres membros dessa Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar a valiosa colaboração no encaminhamento, de modo a colocá-la em tramitação sob regime de urgência, dado o seu relevante interesse social.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência e aos seus eminentes pares, protestos de elevado apreço e distinguida consideração.

PALÁC	IO DA	ABOLIÇÃO,	DO GOVERNO BO	DESTADO DO	CEARÁ,	em Fortaleza,
aos	_de		de 2024.			
						

(Elmano de Freitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

À Sua Excelência o Senhor Deputado Evandro Sá Barreto Leitão PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ





PROJETO DE LEI

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO DA **OUTRAS ESPECIAL** F PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial ao orçamento do Tribunal de Justiça - TJ e do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário -FERMOJU, no valor de RS 6.380.000,00 (SEIS MILHÕES TREZENTOS E OITENTA MIL REAIS), na forma dos Anexos I, II, III e IV, desta Lei.

- Art. 2º Os recursos para atender às despesas previstas nesta Lei, decorrem de anulações de dotações orçamentárias, na forma do Art. 43, §1°, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- Art. 3ºA inclusão dos valores na forma dos anexos I e II desta Leí, consignados aos programas e ações correspondentes, ficam incorporados ao Plano Plurianual 2024 - 2027, em conformidade, com o disposto no art. 7º da Lei 18.662, de 27 de dezembro de 2023 e suas atualizações.
- Documento assinado eletronicamente por: RAFAEL MACHADO MORAES em 21/05/2024, às 13;58 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de Art. 4º Fica o Poder Executivo, caso necessário, autorizado a realizar ajustes orçamentários por decreto, desde que observado o disposto no "caput" do art. 7º da Lei nº 18.664, de 29/12/2023 (D.O.E. 29/12/2023) - Lei Orçamentária Anual 2024.
- Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.
- Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA	ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO E	STADO RO CE	ARÁ, em	Fortaleza, a	ios
de	de 2024.)			

Elmano de Ereitas da Costa

ERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ





NUP 46001.002226/2024-11				p.	032
	GOVERNO	ARÁ DO ESTADO	FIS DE VISTO	Mano CARA	rat n° 34.097, de 8 de junho de
Anexo do Crédito Especial n.º	de	dede 202			
			TOTAL	SUPLEMENTAD	O RS 6.580.000,06
ANEX	O I - SUPLEM	ENTAÇÃO DI	RETAS		000
Orgão/ UO/ Programa de Trabalho	Região	Grupo de Despesa	Fonte	Id. Uso	V≋lor
14000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	110,2100	Grapo de Despesa (2 012.0	20.000	2.530000,00
14100021 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA IN	FORMAÇÃO				2.530 000,00
12.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA I		SDICIONAL.			300.800,00
12491 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação			(1º grau)- (PROMO	JUD - COMP.I).	<u> </u>
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	1	300.000,00
)2.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA	PRESTAÇÃO JURI	SDICIONAL.			2.000.000,00
12491 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação			(1° grau)- (PROMO	JUD - COMP.I).	, ig
	CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.754.3220059	1	2.00ੴ00,00
)2.1192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA 1					30.്ള് 0,00
12492 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação	·	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		OJUD - COMP.I).	<u> </u>
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	. 1	등 30.600,00
)2.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA	PRESTAÇÃO JURI				200.800,00
12492 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação			(2° grau)- (PROM	OJUD - COMPJ).	áric E4-
		INVESTIMENTOS	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	l	200.000,000
TOTAL DO ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DIRET	AS	1			2.530.000,0

Para conferir, acesse o site https://suite.ce.gov.br/validar-documento e informe o cédigo ,AD60-

TOTAL DO ANEXO II - SUPLEMENTAÇÃO DAS INDIRETAS





		GOVE	ARA RA	POTOC		rdual nº 34.097, de 8 do junho de
Anexo do Crédito Especial n.º	de	dede 202	4			n° 34
AN	EXO II	- SUPLEMI	ENTAÇÃO DAS I	INDIRETAS		
Orgão/ UO/ Programa de Trabalho		Região	Grupo de Despesa	Fonte	Id. Uso	V@lor
14200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPA			ERNIZAÇÃO DO POD	ER JUDICIÁRIO		3.850д000,00
14200021 - SECRETARIA DE TECNOLOG		<u>`</u>				3.850 00,00
)2.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPE						1.500Ё000,00
12451 - Aperfeiçoamento da Segurança da I	nformação			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		<u> </u>
		15 - ESTADO I	- 1	1.759.1200070	I	1.500€00,00
		CEARÁ	DESPESAS CORRENTES			dispo
12.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPI	NHO DA	PRESTAÇÃO J				2.000ਉ000,00
12451 - Aperfeiçoamento da Segurança da 1				RMOJU (1º grau).		, E
		15 - ESTADO I CEARÁ	O INVESTIMENTOS	1.759.1200070	1	2.000 00,00
)2.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPI	NIIO DA		IDICDICIONAL	Ì		150.800,00
12486 - Aperfeiçoamento da Segurança da 1				RMOJU (2º grau).		130.800,00
		15 - ESTADO I		1.759.1200070	1	150.900,00
		CEARÁ	DESPESAS			stado
			CORRENTES			
)2.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPI	NHO DA	PRESTAÇÃO J	URISDICIONAL.			200.800,00
12486 - Aperfeiçoamento da Segurança da	nformaçã				T .	
		15 - ESTADO I	OO INVESTIMENTOS	1.759.1200070]]	200.000,00





4 B 7 T B 7 C B	FTT 1 3 7 7 7 T	. ~ . ~	DIRETAS

Anexo do Crédito Especial n.º de	GOVERNO dede 2024 EXO III - ANU	ARÃ DO ESTADO LAÇÃO DIRE	ROTO	GISLAMA 07-08 STO CER DCOLO	adual nº 34.097, de 8 de junho de
Orgão/ UO/ Programa de Trabalho	Região	Grupo de Despesa	Fonte	Id. Uso	Valor
14000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA					2.5309000,00
14100021 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INI					2.530 000,00
12.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA F .0712 - Modernização e Aprimoramento da Infraestrut			Serviço Judîcial -	IJ (1° Grau) -	300 <u>2</u> 00,00
PROMOJUD - COMP. I)					<u></u>
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	Ī	300. <u>g</u> 00,00
)2.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA I 10712 - Modernização e Aprimoramento da Infraestru: PROMOJUD - COMP. I)			Serviço Judicial -	IJ (1° Grau) -	2.0000000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.754.3220059	Ī	2.00ඐ00,00
12.1 192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA I	PRESTAÇÃO JURI	SDICIONAL.			30.@0,00
10715 - Modernização e Aprimoramento da Infraestru PROMOJUD - COMP. I)	tura de TI e de Proc	essos de Suporte ao	Serviço Judicial - 7	TJ (2° Grau) -	stado
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	1	30.600,00
2.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. 10713 - Modernização e Aprimoramento da Infraestrutura de TI e de Processos de Suporte ao Serviço Judicial - TJ (2º Grau) - PROMOJUD - COMP. I)					28E4-60.007
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.754.3220059	1	200,000,000
TOTAL DO ANEXO III - ANULAÇÃO DIRETAS					2.530,000,00





ual nº 34.097, de 8 de junho de

Anexo do Crédito Especial n.º

d

dede 2024

ANEXO IV - ANULAÇÃO DAS INDIRETAS					_
Orgão/ UO/ Programa de Trabalho	Região	Grupo de Despesa	Fonte	Id. Uso	V,≅lor
)4200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAN	IENTO E MODERN	NZAÇÃO DO POD	ER JUDICIÁRIO		3.850\(\pi\)00,00
)4200021 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					3.850 00,00
12.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA		SDICIONAL.			3.500🗂00,00
20511 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Juriso	dicional na Área de T	TI - FERMOJU (1º 0	Grau)		01
	15 - ESTADO DO	OUTRAS	1.759.1200070	1	3.500(2)00,00
	CEARÁ	DESPESAS			O.C.
		CORRENTES			<u> </u>
)2.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA					350.200,00
20512 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Jurisdicional na Área de TI - FERMOJU (2º Grau)					وّ
	15 - ESTADO DO	OUTRAS	1.759.1200070	1	350.600,00
	CEARÁ	DESPESAS			, i
	1	CORRENTES	1		<u> </u>

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: LEITURA NO EXPEDIENTE

Autor: 99725 - EVA SARA STUDART ARAÊJO PEREIRA

Usuário assinador: 99490 - DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA

Data da criação: 22/05/2024 09:53:16 **Data da assinatura:** 22/05/2024 11:32:54



MESA DIRETORA

DESPACHO 22/05/2024

LIDO NA 42° (QUADRAGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINARIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 22 DE MAIO DE 2024.

CUMPRIR PAUTA.

DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA

D1 - 12

1º SECRETÁRIO



Requerimento Nº: 4363 / 2024

EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA
Em 22 de Maio de 2024

1º Secretario

REQUER QUE SEJA DETERMINADA A TRAMITAÇÃO, EM REGIME DE URGÊNCIA, DAS PROPOSIÇÕES ABAIXO .

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 275 do Regimento Interno desta Casa, que seja determinada a tramitação, em regime de urgência, das proposições abaixo:

MENSAGEM Nº 45/2024 - ORIUNDA DA MENSAGEM N.º 9.217 - AUTORIA DO PODER EXECUTIVO - ALTERA A LEI Nº LEI Nº 18.300, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO À AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO – AFD.

MENSAGEM Nº 46/2024 - ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 9.218 - AUTORIA DO PODER EXECUTIVO - ALTERA A LEI N.º 18.264, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD.

MENSAGEM Nº 47/2024 - ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 9.219 - AUTORIA DO PODER EXECUTIVO - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MENSAGEM Nº 48/2024 – ORIUNDO DA MENSAGEM Nº 9.220 – AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MENSAGEM Nº 49/2024 - ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 9.221 – AUTORIA DO PODER EXECUTIVO - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



Requerimento Nº: 4363 / 2024

Justificativa:

A tramitação em regime de urgência das proposições indicadas é fundamental para garantir a rápida implementação dessas medidas essenciais para o desenvolvimento do Estado do Ceará. As mensagens tratam de autorizações legislativas para abertura de créditos especiais necessários para a execução de projetos estratégicos que impactam diretamente áreas importantes, como a previdência social e o funcionamento do sistema judiciário.

Sala das Sessões, 22 de Maio de 2024

Dep. ROMEU ALDIGUER



Requerimento Nº: 4363 / 2024

Informações complementares

Entrada Legislativo: 22.05.2024

Data Leitura do Expediente: 22.05.2024

Data Deliberação: 22.05.2024

Situação: Aprovado

 N° do documento: (S/N) Tipo do documento: INFORMAÇÂO

Descrição:ENCAMINHA-SE À PROCURADORIAAutor:99594 - PAULO SERGIO ROCHAUsuário assinador:99594 - PAULO SERGIO ROCHA

Data da criação: 23/05/2024 09:38:27 **Data da assinatura:** 23/05/2024 09:43:00



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

INFORMAÇÂO 23/05/2024

	DIRETORIA LEGISLATIVA	código:	FQ-COTEP-014-01
S ALECE	FORMULÁRIO DE QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
ASSEMBLEN LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	FORMULÁRIO DE PROTOCOLO PARA PROCURADORIA	DATA REVISÃO:	24/01/2020

Encaminha-se à Procuradoria para emissão de parecer.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PAULO SERGIO ROCHA

SECRETÁRIO (A) DA COMISSÃO

N° do documento: (S/N) **Tipo do documento:** PARECER **Descrição:** PARECER - MENSAGEM N° 9.220/2024 - REMESSA À CCJR

Autor: 99649 - RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS
Usuário assinador: 99649 - RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS

Data da criação: 23/05/2024 11:22:38 **Data da assinatura:** 23/05/2024 11:27:12



GABINETE DO PROCURADOR

PARECER 23/05/2024

PARECER

Mensagem nº 9.220/2024

O Chefe do Poder Executivo Estadual remete à apreciação desta Assembleia Legislativa projeto de lei, por intermédio da <u>Mensagem nº 9.220, de 21 de maio de 20</u>24, que: "autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências."

Em justificativa à propositura, o Exmo. Sr. Governador apresenta as seguintes razões:

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o incluso Projeto de Lei que autoriza a criação de crédito especial, em conformidade com o que dispõe o art. 41, inciso II e o art. 43, §1°, inciso III da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, no montante de R\$ 6.380.000,00 (SEIS MILHÕES TREZENTOS E OITENTA MIL REAIS), na forma dos anexos I ao IV.

A presente minuta de crédito especial visa criar 02 (duas) ações orçamentárias para o Tribunal de Justiça - TJ e 02 (duas) ações orçamentárias para o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU, com vistas à inclusão na Lei nº 18.664, de 28 de dezembro de 2023 (DOE de 29/12/2023) - Lei Orçamentária Anual de 2024, em conformidade com o que dispõe o art. 15 e o art. 42, ambos da Lei Estadual nº 18.430, de 21 de julho de 2023 (DOE de 24/07/2023) - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024.

O Tribunal de Justiça - TJ, de acordo com a republicação da Resolução nº 396, de 7 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), necessita incluir ao vigente

Orçamento Anual de 2024, duas ações a seguir intituladas: "Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário- TJ (1° grau) - (PROMOJUD - COMP.I)" e"Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário - TJ (2° grau) - (PROMOJUD - COMP.I)".

O Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário -FERMOJU, de acordo com a mesma Resolução acima citada, também com o objetivo de discriminar os recursos orçamentários em formato específico, para possibilitar que a Governança Nacional em Segurança Cibernética possa avaliar, de forma clara, os investimentos no setor, necessita também incluir ao vigente Orçamento Anual de 2024, duas ações intituladas: "Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário - FERMOJU (1° grau)", e "Aperfeiçoamento da Segurança da Informação eCibernética do Poder Judiciário - FERMOJU (2° grau).

Os recursos para atender às despesas previstas neste projeto de Lei decorrem de anulações de dotações orçamentárias dos próprios Órgãos envolvidos, na forma do Art. 43, §1°, inciso III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964.

É o relatório. Opino.

A proposta de lei em análise possui o desiderato de, em apertada síntese, consoante frisado acima, obter autorização legislativa para a criação de crédito especial no orçamento anual do Poder Executivo, no montante de **R\$ 6.380.000,00** (seis milhões trezentos e oitenta mil reais), destinado ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e ao Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERMOJU), para custeio de ações orçamentárias referentes ao aperfeiçoamento da segurança da informação e cibernética no Poder Judiciário, tanto nos órgãos de 1º grau, quanto nos órgãos de 2º grau de jurisdição.

Créditos especiais, como se sabe, são créditos adicionais ao orçamento, necessários para aplicação do recurso em atividade que não teve dotação anterior, isto é, cria recursos onde antes não havia dotação orçamentária. Considerando que o orçamento é instrumentalizado por meio de lei ordinária, há a necessidade de lei posterior para permitir a designação de créditos adicionais, que passe mais uma vez pelo trâmite do processo legislativo.

Acerca do tema, preceituam o art. 167, V, da Constituição Federal, e o art. 205, IV, da Constituição Estadual, que <u>a abertura de crédito especia</u>l, ou seja, aquele não previsto ordinariamente no orçamento, <u>depende de autorização legislativa</u>, exigência esta que o Poder Executivo busca atender com o presente projeto de Lei. Vejamos:

CF/88.Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Constituição do Estado do Ceará.

Art. 205. São vedados:

IV - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Os referidos dispositivos constitucionais determinam, ainda, que a autorização para abertura de crédito especial ou suplementar fica <u>subordinada a indicação dos recursos correspondentes</u>, <u>restando tal requisito cumprido pelo art. 2º da propositura, o qual indica que os aportes financeiros necessários decorrerão de anulações de dotações orçamentárias</u>.

Outrossim, ainda acerca do tema da proposição, destaque-se que a União, os Estados e o Distrito Federal detêm <u>competência legislativa concorrente</u> para legislar sobre *orçamento*, nos termos do art. 24, inciso II, da Constituição Federal de 1988. Senão, vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

II - orçamento; (grifo inexistente no original)

No que se refere ao quesito de <u>iniciativa legislativa</u>, a propositura, uma vez que <u>pretende a abertura de crédito especial ao orçamento anual do Poder Executiv</u>o, se encontra em conformidade com a exigência contida na Constituição do Estado, que atribui ao Chefe do Poder Executivo a <u>competência privativa</u> para propor projeto de lei relativo ao tema retratado na presente proposição, tal como se vê no dispositivo abaixo, *in verbis*:

Art. 60. Cabe a iniciativa de leis:

II – Ao Governador do Estado.

§ 2°. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as Leis que disponham sobre:

e) plano estratégico de longo prazo, plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

§ 3º Ressalvadas as hipóteses previstas no § 2º deste artigo, a iniciativa de leis que disponham sobre as matérias da competência comum e concorrente da União e Estados, previstas na Constituição Federal, poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Governador do Estado e Deputados Estaduais. (grifos inexistentes no original)

No que concerne à projeto de lei, assim dispõe o art. 58, inc. III da Carta Magna Estadual, *in verbis*:

Art. 58. O processo legislativo compreende a elaboração de:

III – leis ordinárias;

Da mesma forma, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativado Estado do Ceará (Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022):

Art. 200. As proposições constituir-se-ão em:

II – projeto:

b) de lei ordinária;

Art. 209. A Assembleia exerce a sua função legislativa, além da proposta de emenda àConstituição Federal e à Constituição Estadual, por via de projeto:

 II – de lei ordinária, destinado a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do governador do Estado;

Art. 210. A iniciativa de projetos, na Assembleia Legislativa, caberá (CE, art. 60):IV - ao governador do Estado;

Isso posto, constata-se que a proposta não apresenta nenhum óbice material ou formal, sendo inteiramente viável do ponto de vista jurídico-constitucional, quer em relação a sua iniciativa, quer na sua formalização.

Em face do exposto, entendemos que o projeto de lei encaminhado por meio da <u>mensagem n° 9.220/2024</u>, de autoria do Chefe do Poder Executivo Estadual, encontra-se em perfeita harmonia com os ditames jurídico-constitucionais e de técnica legislativa, pelo que somos de <u>PARECER FAVORÁVEL</u> à sua normal tramitação nesta Assembleia Legislativa.

É o parecer, à consideração da Douta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROCURADORIA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS

PROCURADOR

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: MEMORANDO

Descrição:DESIGNAÇÃO DE RELATORIA NA CCJRAutor:99417 - DEP. JULIO CESAR FILHOUsuário assinador:99417 - DEP. JULIO CESAR FILHO

Data da criação: 24/05/2024 09:46:03 **Data da assinatura:** 24/05/2024 09:46:11



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

MEMORANDO 24/05/2024

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-002-03
ALECE ASSEMBLIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	DATA REVISÃO:	01/03/2023

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Romeu Aldigueri

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 73, inciso IV, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno da ALECE), designamos Vossa Excelência para relatar:

Projeto: SIM.

Emenda(s): NÃO.

Regime de Urgência: SIM. APROVADO EM 22/05/2024.

Seguem os prazos, estabelecidos no art. 90, do Regimento Interno, os quais devem ser observados:

Art. 90. . O relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

I – 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;

II - 3 (três) dias, nas matérias em regime de prioridade;

III – 1 (um) dia, nas matérias em regime de urgência.

Outrossim, solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão tão logo seja emitido o parecer.

Atenciosamente,

DEP. JULIO CESAR FILHO

fr.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: PARECER

Descrição:PARECER SOBRE A MENSAGEM N° 48/2024Autor:99855 - DEPUTADO ROMEU ALDIGUERIUsuário assinador:99855 - DEPUTADO ROMEU ALDIGUERI

Data da criação: 27/05/2024 15:18:23 **Data da assinatura:** 27/05/2024 15:18:59



GABINETE DO DEPUTADO ROMEU ALDIGUERI

PARECER 27/05/2024

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE A MENSAGEM N° 48/2024

(oriunda da mensagem nº 9.220, de autoria do Poder Executivo)

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I – RELATÓRIO

(Exposição da matéria – Art. 108, §1°, I, do Regimento Interno)

Trata-se da MENSAGEM nº 48/2024, oriunda da Mensagem nº 9.220, proposta pelo Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Em sua justificativa, o Poder Executivo destaca que: "A presente minuta de crédito especial visa criar 02 (duas) ações orçamentárias para o Tribunal de Justiça - TJ e 02 (duas) ações orçamentárias para o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU, com vistas à inclusão na Lei nº 18.664, de 28 de dezembro de 2023 (DOE de 29/12/2023) – Lei Orçamentária Anual de 2024, em conformidade com o que dispõe o art. 15 e o art. 42, ambos da Lei Estadual nº 18.430, de 21 de julho de 2023 (DOE de 24/07/2023) - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024."

A Procuradoria desta Casa Legislativa apresentou parecer favorável a regular tramitação da presente Mensagem por entender que se encontra em harmonia com os ditames constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica de redação legislativa.

Cumpre esclarecer ainda que, consoante o disposto no art. 54, inciso I, a, do Regimento Interno, compete à CCJR a análise dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, competindo a análise do mérito às demais comissões.

É o relatório. Passo a opinar.

II - VOTO

(Art. 108, §1°, II, do Regimento Interno)

Feitas estas breves considerações, como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, passo a emitir parecer acerca da constitucionalidade da Mensagem ora examinada.

Inicialmente, cumpre ressaltar a competência do Chefe do Poder Executivo para o envio de projeto de lei ordinária nos termos não só da Constituição do Estado do Ceará, mas também do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Constituição do Estado do Ceará

Art. 58 O processo legislativo compreende a elaboração de:

III – leis ordinárias;

Art. 60 Cabe a iniciativa de leis:

II – ao Governador do Estado.

Art. 88 Compete privativamente ao Governador do Estado:

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento do Poder Executivo e da administração estadual, na forma da lei.

Regimento Interno da ALECE

Art. 200. As proposições constituir-se-ão em:

II – projeto:

b) de lei ordinária;

Art. 210 A iniciativa de projetos, na Assembleia Legislativa, caberá (CE, art. 60):

IV - ao Governador do Estado;

Referida mensagem, conforme retromencionado, autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Nesse sentido, faz-se imperioso destacar a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre orçamento, detendo a União competência para expedir normas gerais, e os Estados, por sua vez, normas suplementares, consoante dispõe o art. 24, inciso II, da CF/88. Vejamos:

Constituição Federal de 1988:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

II - orçamento;

§1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Em relação ao tema proposto, o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal e o artigo 205, inciso IV, da Constituição Estadual, estabelecem que a abertura de um crédito especial, que não está regularmente previsto no orçamento, requer autorização legislativa. Esta é uma condição que o Poder Executivo pretende cumprir através deste projeto de lei. Analisemos:

Constituição Federal de 1988:

Art. 167. São vedados:

(...)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Constituição do Estado do Ceará

Art. 205. São vedados:

(...)

IV - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Portanto, tendo em vista que a **MENSAGEM Nº 48/2024**, oriunda da Mensagem nº 9.220, proposta pelo Poder Executivo, encontra-se em perfeita consonância com as disposições jurídico-constitucionais, apresentamos **PARECER FAVORÁVEL** a sua regular tramitação.

É o parecer.

DEPUTADO ROMEU ALDIGUERI

Rom A-1

DEPUTADO (A)

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Descrição: CONCLUSÃO DA CCJR

Autor: 99417 - DEP. JULIO CESAR FILHO **Usuário assinador:** 99417 - DEP. JULIO CESAR FILHO

Data da criação: 28/05/2024 09:45:56 **Data da assinatura:** 28/05/2024 09:46:10



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO 28/05/2024

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-004-02
ALECE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANETES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	DATA REVISÃO:	01/03/2023

21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Data 22/05/2024

COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR.

fr.

DEP. JULIO CESAR FILHO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: MEMORANDO

Descrição:DESIGNAÇÃO DE RELATORIA NA COFTAutor:100102 - DEPUTADO DE ASSIS DINIZUsuário assinador:100102 - DEPUTADO DE ASSIS DINIZ

Data da criação: 28/05/2024 10:11:50 **Data da assinatura:** 28/05/2024 10:12:17



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

MEMORANDO 28/05/2024

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-002-03
ASEMBLIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	FORMULÁRIO DE QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	DATA REVISÃO:	01/03/2023

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Romeu Aldigueri

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 73, inciso IV, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno da ALECE), designamos Vossa Excelência para relatar:

Projeto: SIM.

Emendas: NÃO.

Regime de Urgência: SIM: 22/05/2024.

Alteração(ões) no parecer do relator e da Conclusão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação: NÃO.

Seguem os prazos, estabelecidos no art. 90, do Regimento Interno, os quais devem ser observados:

Art. 90. O relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

- I 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;
- II 3 (três) dias, nas matérias em regime de prioridades;
- III 1 (um) dia, nas matérias em regime de urgência.

Outrossim, solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão tão logo seja emitido o parecer.

Atenciosamente,

DEPUTADO DE ASSIS DINIZ

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO EM EXERCICIO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: PARECER

Descrição:PARECER SOBRE A MENSAGEM N° 48/2023Autor:99855 - DEPUTADO ROMEU ALDIGUERIUsuário assinador:99855 - DEPUTADO ROMEU ALDIGUERI

Data da criação: 28/05/2024 13:29:13 **Data da assinatura:** 28/05/2024 13:29:29



GABINETE DO DEPUTADO ROMEU ALDIGUERI

PARECER 28/05/2024

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PARECER SOBRE A MENSAGEM N° 48/2023

(oriunda da mensagem nº 9.220, de autoria do Poder Executivo)

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I – RELATÓRIO

(Exposição da matéria – Art. 108, §1°, I, do Regimento Interno)

Trata-se da MENSAGEM nº 48/2024, oriunda da Mensagem nº 9.220, proposta pelo Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Em sua justificativa, o Poder Executivo destaca que: "A presente minuta de crédito especial visa criar 02 (duas) ações orçamentárias para o Tribunal de Justiça - TJ e 02 (duas) ações orçamentárias para o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU, com vistas à inclusão na Lei nº 18.664, de 28 de dezembro de 2023 (DOE de 29/12/2023) – Lei Orçamentária Anual de 2024, em conformidade com o que dispõe o art. 15 e o art. 42, ambos da Lei Estadual nº 18.430, de 21 de julho de 2023 (DOE de 24/07/2023) - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2024."

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em reunião extraordinária realizada na data de 22 de maio de 2024, aprovou o parecer da Mensagem em comento, seguindo o voto deste parlamentar relator, que não vislumbrou óbices legais ao projeto e apresentou parecer favorável a sua tramitação.

É o relatório. Passo a opinar.

II - VOTO

(Art. 108, §1°, II, do Regimento Interno)

Feitas estas breves considerações, após ser designado relator na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, passo a emitir parecer acerca do mérito da Mensagem ora examinada.

Referido Projeto de Lei visa autorizar a criação de um crédito especial no valor de R\$ 6.380.000,00 (SEIS MILHÕES TREZENTOS E OITENTA MIL REAIS), para criar ações orçamentárias destinadas ao Tribunal de Justiça (TJ) e ao Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERMOJ). O objetivo é incluir essas ações na Lei Orçamentária Anual de 2024, em conformidade com as diretrizes estabelecidas. A importância deste projeto reside na necessidade de aprimorar a segurança da informação e cibernética do Poder Judiciário, conforme a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O projeto discrimina os recursos orçamentários de forma específica para possibilitar uma avaliação clara dos investimentos no setor, visando garantir a segurança e eficiência dos sistemas judiciais. Os recursos necessários serão obtidos por meio da anulação de dotações do Judiciário Estadual, conforme a legislação vigente.

Portanto, convencido da importância da **MENSAGEM Nº 48/2024**, oriunda da Mensagem nº 9.220, proposta pelo Poder Executivo, apresentamos **PARECER FAVORÁVEL** a sua regular tramitação.

É o parecer.

DEPUTADO ROMEU ALDIGUERI

2- A-1

DEPUTADO (A)

Nº do documento: 00004/2024 Tipo do documento: TERMO DE DESENTRANHAMENTO

Descrição: TERMO DE DESENTRANHAMENTO DO DOCUMENTO: DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO Nº (S/N) - (COFT)

Autor:99012 - MARIA REJANE ASSUMPCAO AUTOUsuário assinador:99012 - MARIA REJANE ASSUMPCAO AUTO

Data da criação: 29/05/2024 09:48:14 **Data da assinatura:** 29/05/2024 09:48:06



COORDENADORIA DAS COMISSÕES

TERMO DE DESENTRANHAMENTO Nº 00004/2024 29/05/2024

Termo de desentranhamento DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO nº (S/N) Motivo: por incorre $\tilde{A}\S\tilde{A}\&o$

NÃO HÁ ASSINADOR ASSOCIADO

 N° do documento: (S/N) Tipo do documento: INFORMAÇÂO

Descrição: RETIFICAÇÃO

Autor: 99855 - DEPUTADO ROMEU ALDIGUERI **Usuário assinador:** 99855 - DEPUTADO ROMEU ALDIGUERI

Data da criação: 03/06/2024 08:55:05 **Data da assinatura:** 03/06/2024 08:55:18



GABINETE DO DEPUTADO ROMEU ALDIGUERI

INFORMAÇÂO 03/06/2024

Informamos que, no cabeçalho do parecer, onde consta "48/2023", deve-se ler "48/2024".

DEPUTADO ROMEU ALDIGUERI

R- A-1

DEPUTADO (A)

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Descrição: CONCLUSÃO DA COFT

Autor:100102 - DEPUTADO DE ASSIS DINIZUsuário assinador:100102 - DEPUTADO DE ASSIS DINIZ

Data da criação: 03/06/2024 09:16:30 **Data da assinatura:** 03/06/2024 09:16:38



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO 03/06/2024

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-004-02
ALECE ASSEMBLEA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	FORMULÁRIO DE QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	DATA REVISÃO:	01/03/2023

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Data 22/05/2024

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO.

CONCLUSÃO: APROVADO O PARECER DO RELATOR.

DEPUTADO DE ASSIS DINIZ

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO EM EXERCICIO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: APROVAÇÃO

Autor: 99725 - EVA SARA STUDART ARAÊJO PEREIRA

Usuário assinador: 99490 - DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA

Data da criação: 19/06/2024 11:01:13 **Data da assinatura:** 19/06/2024 11:53:26



MESA DIRETORA

DESPACHO 19/06/2024

APROVADO EM DICUSSÃO INICIAL E VOTAÇÃO 42ª (QUADRAGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINARIA DA 2º SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 22 DE MAIO DE 2024.

APROVADO EM DISCUSSÃO FINAL E VOTAÇÃO NA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2º SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 22 DE MAIO DE 2024.

APROVADO EM DISCUSSÃO FINAL E VOTAÇÃO NA 37ª (TRIGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2° SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 22 DE MAIO DE 2024.

D1 - 12

DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA

1º SECRETÁRIO



AUTÓGRAFO DE LEI NÚMERO CENTO E CINQUENTA E QUATRO

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial ao orçamento do Tribunal de Justiça — TJ e do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário — Fermoju, no valor de R\$ 6.380.000,00 (seis milhões trezentos e oitenta mil reais), na forma dos Anexos I, II, III e IV desta Lei.

Art. 2.º Os recursos para atender às despesas previstas nesta Lei decorrem de anulações de dotações orçamentárias, na forma do art. 43, §1.º, inciso III, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º A inclusão dos valores, na forma dos Anexos I e II desta Lei, consignados aos programas e às ações correspondentes, fica incorporada ao Plano Plurianual 2024 — 2027, em conformidade com o disposto no art. 7.º da Lei n.º 18.662, de 27 de dezembro de 2023, e suas atualizações.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo, caso necessário, autorizado a realizar ajustes orçamentários por decreto, desde que observado o disposto no *caput* do art. 7.º da Lei n.º 18.664, de 28/12/2023 (D.O.E./29/12/2023) – Lei Orçamentária Anual 2024.

Art. 5.º Està Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Révogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de maio de 2024.

DEP. EVANDRO LEITÃO PRESIDENTE

DEP. FERNANDO SANTANA 1.º VICE-PRESIDENTE

DEP. OSMAR BAQUIT 2.° VICE-PRESIDENTE

DEP. DANNIEL OLIVEIRA 1.º SECRETÁRIO

DEP. JULIANA LUCENA 2.º SECRETÁRIA

DEP. JOÃO JAIME 3.º SECRETÁRIO

DEP. DR. OSCAR RODRIGUES 4.º SECRETÁRIO

Autógrafo de Lei número cento e cinquenta e quatro



de

de de 2024

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 6.380.000,00

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DIRETAS

Órgão/ UO/ Programa de Trabalho	Região	Grupo de Despesa	Fonte	Id. Uso	Valor	
04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA		<u> </u>			2.530.000,00	
04100021 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA IN	FORMAÇÃO				2.530.000,00	
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA	PRESTAÇÃO JUR	ISDICIONAL			300.000,00	
12491 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação	e Cibernética do P	oder Judiciário- T.I.	(1º gray)_ (PPOM(MID COMP D	300.000,00	
	15 - ESTADO DO		1.754.3220059	1 (1 (1),	200 000 00	
.l.	CEARÁ	DESPESAS	1.734.3220039	i	300.000,00	
	CEMUI	CORRENTES				
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA	DDESTACÃO IUD	I CORRENTES				
12401 - Aperfeignements de Companye de I-f	rkestaçao juk	ISDICIONAL.			2.000.000,00	
12491 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação	e Cibernetica do Po	oder Judiciário- TJ (DJUD - COMP.I).		
		INVESTIMENTOS	1.754.3220059	1	2.000.000,00	
	CEARÁ					
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA	PRESTAÇÃO JURI	ISDICIONAL,			30.000,00	
12492 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação	e Cibernética do Pe	oder Judiciário- TJ (2º grau)- (PROM	DJUD - COMP.I).		
	15 - ESTADO DO		1.754.3220059	1	30.000,00	
	CEARÁ	DESPESAS		-	201000,00	
		CORRENTES				
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA I	PRESTAÇÃO JURI	SDICIONAL.			200.000,00	
12492 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário- TJ (2º grau)- (PROMOJUD - COMP.I).						
	15 - ESTADO DO	INVESTIMENTOS	1.754.3220059	1	200 000 00	
	CEARÁ		1173713220037	*	200.000,00	
TOTAL DO ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DIRET					4 844 400 00	
TOTAL TOTAL TOTAL TANGEN	AU			<u></u>	2.530.000,00	



de

dede 2024

ANEXO II - SUPLEMENTAÇÃO DAS INDIRETAS

Órgão/ UO/ Programa de Trabalho	n:2-		5				
	Região	Grupo de Despesa	Fonte	Id. Uso	Valor		
04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAM		NIZAÇAO DO POD	ER JUDICIARIO		3.850.000,00		
04200021 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO							
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA I	PRESTAÇÃO JUR	ISDICIONAL.			1.500.000.00		
12451 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação	e Cibernética do Pe	oder Judiciário- FEI	RMOJU (1º grau).				
15 - ESTADO DO OUTRAS 1.759.1200070 1							
	CEARÁ	DESPESAS			1.500.000,00		
		CORRENTES					
)2.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA 1	PRESTAÇÃO JURI	SDICIONAL.			2.000.000,00		
12451 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação	e Cibernética do Pe	der Judiciário- FEI	RMOJU (1º grau).		, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
	15 - ESTADO DO	INVESTIMENTOS	1,759,1200070	I	2.000.000.00		
	CEARÁ				1		
)2.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA 1	PRESTAÇÃO JURI	SDICIONAL,			150.000,00		
12486 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação	e Cibernética do Pe	der Judiciário- FEI	RMOJU (2º grau).				
	15 - ESTADO DO		1.759.1200070	1	150.000,00		
	CEARÁ	DESPESAS					
		CORRENTES					
)2.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA I	PRESTAÇÃO JURI	SDICIONAL.			200.000,00		
12486 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernética do Poder Judiciário- FERMOJU (2º grau).							
		INVESTIMENTOS		1	200.000,00		
	CEARÁ			_			
TOTAL DO ANEXO II - SUPLEMENTAÇÃO DAS INDIRETAS							



de

dede 2024

ANEXO III - ANULAÇÃO DIRETAS

Órgão/ UO/ Programa de Trabalho	Região	Grupo de Despesa	Fonte	Id. Uso	Valor
04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA					2.530.000,00
04100021 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA					2.530.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO I	DA PRESTAÇÃO JUR	ISDICIONAL.			300.000,00
10712 - Modernização e Aprimoramento da Infrae: (PROMOJUD - COMP. I)	strutura de TI e de Pro	cessos de Suporte ao	Serviço Judicial -	TJ (1º Grau) -	
	15 - ESTADO DO CEARÁ	DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	1	300.000,00
)2.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO I 1712 - Modernização e Aprimoramento da Infraes 2'ROMOJUD - COMP. I)	DA PRESTAÇÃO JUR strutura de TI e de Pro	ISDICIONAL. cessos de Suporte ao	Serviço Judicial -	TJ (1° Grau) -	2.000.000,00
	CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.754.3220059	1	2.000.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO E 10713 - Modernização e Aprimoramento da Infraes PROMOJUD - COMP. 1)	OA PRESTAÇÃO JUR strutura de TI e de Pro	ISDICIONAL. cessos de Suporte ao	Serviço Judicial - 7	ГЈ (2° Grau) -	30.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	l	30.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. 10713 - Modernização e Aprimoramento da Infraestrutura de TI e de Processos de Suporte ao Serviço Judicial - TJ (2° Grau) - (PROMOJUD - COMP. I)					200.000,00
		INVESTIMENTOS	1.754.3220059	- 1	200.000,00
	CEARÁ	!	ı		



de

dede 2024

ANEXO	D IV - ANULA	CÃO DAS IND	IRETAS		
O'BOO CO' L'Ogi anna de Tranainn	Danie	0		Id. Uso	
04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAM	IENTO E MODERI	VIZACÃO DO POE	ED HIDICI DIO	iu. Uso	Valor
The state of the s	REDVARACION		EKJUDICIARIU		3.850.000,00
02.126.192 - EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA	DDECTACIO HIDI	CDYCTON			3.850.000,00
20511 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Juriso	licional na Àrea de I	TI - FERMOJU (1º (Grau)		3.500.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS	1.759.1200070	1	3.500.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMBENIZO DA L	DDFGGG 4 G 7 G	CORRENTES			
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. 20512 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Jurisdicional na Área de TI - FERMOJU (2º Grau)					350.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.759.1200070	ı	350.000,00
TOTAL DO ANEXO IV - ANULAÇÃO DAS INDIRE	TAS	CORRENTES			3.850.000.00

REF.	CLASSE
3	R\$ 5.786,78
4	R\$ 6.076,13
5	R\$ 6.379,93
6	R\$ 6.698,93
7	R\$ 7.033,88
8	R\$ 7.385,57
9	R\$ 7.754,84
10	R\$ 8.142,59
11	R\$ 8.549,72
12	R\$ 8.977,20
13	R\$ 9.426,07
14	R\$ 9.897,37
15	R\$ 10.392,24
16	R\$ 10.911,85
17	R\$ 11.457,45
18	R\$ 12.030,32
19	R\$ 12.631,82
20	R\$ 13.263,42
21	R\$ 13.926,59
22	R\$ 14.622,92
23	R\$ 15.354,06
24	R\$ 16.121,77
25	R\$ 16.927,85
26	R\$ 17.774,25

ANEXO III (VENCIMENTO E REPRESENTAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO), A QUE SE REFERE O ART. 1.º DA LEI Nº18.840, DE 05 DE JUNHO DE 2024 Cargo em Comissão

	8		
DENOMINAÇÃO/SÍMBOLO	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO	TOTAL
DNS -2	R\$ 413,16	R\$ 4.131,56	R\$ 4.544,72
DAS - 1	R\$ 202,44	R\$ 2.024,39	R\$ 2.226,83
DAS - 2	R\$ 151,84	R\$ 1.518,38	R\$ 1.670,22
DAS - 3	R\$ 113,87	R\$ 1.138,72	R\$ 1.252,59
MP - 1	R\$ 987,14	R\$ 1.480,72	R\$ 2.467,86
PGJ - 1	R\$ 1.761,45	R\$ 15.853,06	R\$ 17.614,52
PGJ - 2	R\$ 3.233,43	R\$ 9.700,29	R\$ 12.933,71
PGJ - 3	R\$ 2.169,07	R\$ 6.507,21	R\$ 8.676,28
PGJ - 4	R\$ 1.514,85	R\$ 4.544,54	R\$ 6.059,39
PGJ - 5	R\$ 1.060,35	R\$ 3.181,05	R\$ 4.241,40
PGJ - 6	R\$ 828,82	R\$ 2.485,48	R\$ 3.314,30

ANEXO IV (GRATIFICAÇÕES DE GABINETE), A QUE SE REFERE O ART. 1.º DA LEI №18.840, DE 05 DE JUNHO DE 2024 Gratificações de Gabinete

Gratificação pela Representação de Gabinete em razão de exercício em gabinete R\$ 3 856 67 Gratificação pela Representação de Gabinete em razão de exercício em órgão de assessorar R\$ 2.892,50

LEI Nº18.841, de 05 de junho de 2024.

18.841, de 05 de junho de 2024.

ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI N°17.091, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica acrescentado o art. 22-A à Lei n.º 17.091, de 14 de novembro de 2019, com a seguinte redação:

"Art. 22-A. Para fins de promoção por mérito e titulação prevista no art. 16, inciso II, desta Lei, o tempo de exercício no estágio probatório será considerado para a contagem do tempo de experiência mínima exigido no Anexo IV desta Lei, desde que o servidor seja aprovado na avaliação de desempenho para se tornar servidor estável." (NR)

Art. 2.º Independentemente da publicação do ato que reconhece sua estabilidade no Diário Oficial do Estado, assegura-se ao servidor do Quadro la Legislativa em estávio probatório a procentação de documentação comprehetário para fine de promoção funcional no ano em que findor o triânio

II – Poder Legislativo em estágio probatório a apresentação da documentação comprobatória para fins de promoção funcional no ano em que findar o triênio de efetivo exercício no cargo público, caso o triênio de seu estágio probatório termine até o dia 31 de julho daquele ano.
Art. 3.º As despesas decorrentes da implantação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Assembleia Legislativa do Estado

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4. Esta Lei chita ciri vigori na data de sua publicação. Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 05 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº18.842, de 05 de junho de 2024.

Parágrafo único. A aquisição de pequenas e médias propriedades rurais, nos termos do caput deste artigo, dar-se-á conforme previsão do inciso V do art. 74 da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, observados os requisitos legais." (NR)
Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 05 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO *** *** ***

LEI Nº18.843, de 05 de junho de 2024.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial ao orçamento do Tribunal de Justiça – TJ e do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – Fermoju, no valor de R\$ 6.380.000,00 (seis milhões trezentos e oitenta mil reais), na forma dos Anexos I, II, III e IV

Art. 2.º Os recursos para atender às despesas previstas nesta Lei decorrem de anulações de dotações orçamentárias, na forma do art. 43, §1.º, inciso III, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º A inclusão dos valores, na forma dos Anexos I e II desta Lei, consignados aos programas e às ações correspondentes, fica incorporada ao Plano Plurianual 2024 – 2027, em conformidade com o disposto no art. 7.º da Lei n.º 18.662, de 27 de dezembro de 2023, e suas atualizações.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo, caso necessário, autorizado a realizar ajustes orçamentários por decreto, desde que observado o disposto no caput do art. 7.º da Lei n.º 18.664, de 28/12/2023 (D.O.E. 29/12/2023) – Lei Orçamentária Anual 2024. do art. 7.º da Lei n.º 18.664, de 28/12/2023 (D.O.E. 29/12/2023) – Lei Giyamenna.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 05 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa

GOVERNADOR DO ESTADO

MISTO

ANEXO DO CRÉDITO ESPECIAL Nº18.843 DE 05 DE JUNHO DE 2024

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 6.380.000,00

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DIRETAS

ÓRGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA					2.530.000,00
04100021 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFOR					2.530.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRES					300.000,00
12491 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cib					· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	1	300.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRES					2.000.000,00
12491 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cib					· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.754.3220059	1	2.000.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRES					30.000,00
12492 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cib		J (2° grau)- (PROMOJUD - COMP.I).			30.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	1	30.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRES					200.000,00
12492 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cib	ernética do Poder Judiciário- T.	J (2° grau)- (PROMOJUD - COMP.I).			200.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.754.3220059	1	200.000,00
TOTAL DO ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DIRE	TAS				2.530.000,00

ANEXO DO CRÉDITO ESPECIAL N°18.843 DE 05 DE JUNHO DE 2024 ANEXO II - SUPLEMENTAÇÃO DAS INDIRETAS

<u></u>		,			
ÓRGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E M	ODERNIZAÇÃO DO PO	ODER JUDICIÁRIO			3.850.000,00
04200021 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃ					3.850.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃ					1.500.000,00
12451 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernétic	a do Poder Judiciário- FE	RMOJU (1º grau).			1.300.000,00
	STADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.759.1200070	1	1.500.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃ	O JURISDICIONAL.				2.000.000,00
12451 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernétic	a do Poder Judiciário- FE	RMOJU (1º grau).			2.000.000,00
15 - E	STADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.759.1200070	1	2.000.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃ					150.000,00
12486 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernétic	a do Poder Judiciário- FE	RMOJU (2° grau).			130.000,00
	STADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.759.1200070	1	150.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃ					200.000,00
12486 - Aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Cibernétic	a do Poder Judiciário- FE	RMOJU (2º grau).			200.000,00
15 - E	STADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.759.1200070	1	200.000,00
TOTAL DO ANEXO II - SUPLEMENTAÇÃO DAS INDII	RETAS				3.850.000,00

ANEXO DO CRÉDITO ESPECIAL N°18.843 DE 05 DE JUNHO DE 2024 ANEXO III - ANULAÇÃO DIRETAS

ÓRGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
04000000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA					2.530.000,00
04100021 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORM					2.530.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PREST	ΓΑÇÃO JURISDICIONAL.				200 000 00
10712 - Modernização e Aprimoramento da Infraestrutura de	II e de Processos de Suporte a	o Serviço Judicial - TJ (1º Grau) - (PROMOJI	JD - COMP. I)		300.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	1	300.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PREST					2.000.000.00
10712 - Modernização e Aprimoramento da Infraestrutura de	TI e de Processos de Suporte a	o Serviço Judicial - TJ (1º Grau) - (PROMOJU	JD - COMP. I)		2.000.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.754.3220059	1	2.000.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PREST					
10713 - Modernização e Aprimoramento da Infraestrutura de	TI e de Processos de Suporte a	o Serviço Judicial - TJ (2º Grau) - (PROMOJU	JD - COMP. I)		30.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.754.3220059	1	30.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PREST	ΓΑÇÃO JURISDICIONAL.				
10713 - Modernização e Aprimoramento da Infraestrutura de	ΓI e de Processos de Suporte a	o Serviço Judicial - TJ (2º Grau) - (PROMOJU	JD - COMP. I)		200.000,00
	15 - ESTADO DO CEARÁ	INVESTIMENTOS	1.754.3220059	1	200.000,00
TOTAL DO ANEXO III - ANULAÇÃO DIRETAS					2.530.000,00

ANEXO DO CRÉDITO ESPECIAL Nº18.843 DE 05 DE JUNHO DE 2024 ANEXO IV - ANULAÇÃO DAS INDIRETAS

ÓRGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO	E MODERNIZAÇÃO DO P	ODER JUDICIÁRIO			3.850.000,00
04200021 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORM					3.850.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PREST					3.500.000,00
20511 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Jurisdicional	na Área de TI - FERMOJU (1				· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	5 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.759.1200070	1	3.500.000,00
02.126.192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PREST	AÇÃO JURISDICIONAL.				350.000,00
20512 - Apoio ao Desenvolvimento da Prestação Jurisdicional na Área de TI - FERMOJU (2º Grau)					330.000,00
1	5 - ESTADO DO CEARÁ	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.759.1200070	1	350.000,00
TOTAL DO ANEXO IV - ANULAÇÃO DAS INDIRE	TAS				3.850.000,00

LEI Nº18.844, de 05 de junho de 2024.

*** *** ***

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial ao orçamento do Tribunal de Justiça – TJ e do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – Fermoju no valor de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), na forma dos Anexos I e II, desta Lei.
Art. 2.º Os recursos para atender às despesas previstas nesta Lei decorrem de anulações de dotações orçamentárias do próprio Órgão, na forma do Art. 43. § 1.º, inciso III, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3.º A inclusão dos valores, na forma dos Anexos I e II desta Lei, consignados aos programas e às ações correspondentes, fica incorporada ao Plano Plurianual 2024 – 2027, em conformidade, com o disposto no art. 7.º da Lei 18.662, de 27 de dezembro de 2023, e suas atualizações.

Plano Plurianual 2024 – 2027, em conformidade, com o disposto no art. 7.º da Lei 18.662, de 27 de dezembro de 2023, e suas atualizações.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo, caso necessário, autorizado a realizar ajustes orçamentários por decreto, desde que observado o disposto no caput do art. 7.º da Lei n.º 18.664, de 28/12/2023 (D.O.E. 29/12/2023) – Lei Orçamentária Anual 2024.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 05 de junho de 2024.

Elmano de Freitas da Costa

GOVERNADOR DO ESTADO

ANEXO DO CRÉDITO ESPECIAL Nº18.844 DE 05 DE JUNHO DE 2024

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 17.000.000,00 ANEXO I – SUPLEMENTAÇÃO DAS INDIRETAS

ÓRGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR	
04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENT		ER JUDICIÁRIO			17.000.000,00	
04200121 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFR	AESTRUTURA				17.000.000,00	
02.122.421 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ.					17.000.000.00	
12493 - Realização de Obras de Reforma ou Ampliação da Estrutura Física Administrativa - Fermoju 2.º grau					17.000.000,00	
	3 - GRANDE FORTALEZA	INVESTIMENTOS	1.759.1200070	1	17.000.000,00	
TOTAL DO ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DAS I	NDIRETAS				17.000.000,00	

ANEXO DO CRÉDITO ESPECIAL Nº18.844 DE 05 DE JUNHO DE 2024 ANEXO II – ANULAÇÃO DAS INDIRETAS

ÓRGÃO/ UO/ PROGRAMA DE TRABALHO	REGIÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE	ID. USO	VALOR
04200001 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO					17.000.000,00
04200121 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA					17.000.000.00

